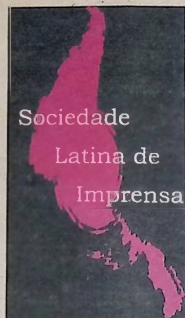


A PALAVRA LATINA

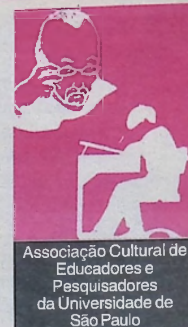


“Uma campanha contra a imprensa capitalista, contra o pensamento único e pelo respeito e apoio às lutas populares legítimas em todas as suas formas: dos trabalhadores sem-terra, aos movimentos guerrilheiros, indígenas e de massas, e em defesa da revolução socialista”

A Palavra Latina é o órgão de comunicação impresso fruto da parceria entre a Associação Cultural de Educadores e Pesquisadores da Universidade de São Paulo e a Sociedade Latina de Imprensa

Ano 1 - número 02 - São Paulo Julho/Agosto de 2004

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



**Além do Capital:
análise da obra do
filósofo húngaro
Mészáros**

Pág. 7

**Análise : desigualdade e
miséria se agravam com a
expansão do imperialismo**

Pág. 6

**México e América Central:
Plano Puebla-Panamá é nova
face do intervencionismo
estadunidense**

Pág. 4

Cultura

**Cinema: comentários
sobre os novos filmes
brasileiros “Diários de
Motocicleta” e “Justiça”**

**Pintura: análise sobre a
pintura revolucionária dos
muralistas mexicanos**

**Crônica: desesperança
na noite paulistana**

Páginas 10 à 12

Venezuela e a resistência da Revolução Bolivariana

Pág. 3



Yuri Marinos Fontes

O raiar do PSOL

Pág. 2



Marcelo Lima

Militantes do MST cansados e decepcionados com o governo Lula

Cocaleiros: Bolívia vive situação revolucionária

Campanha contra o monopólio dos meios a imprensa conservadora capitalista

Editorial na Pág. 2

A Palavra Latina é um projeto de jornalismo crítico na conta-mão do pensamento único vigente largamente difundido pela imprensa conservadora. O jornal foi viabilizado através da parceria entre a Sociedade Latina de Imprensa e a Associação Cultural de Educadores e Pesquisadores da Universidade de São Paulo.

A ACEPUSP é uma entidade política criada e gerida por alunos e ex-alunos da USP e que desenvolve projetos de difusão cultural e socialização do conhecimento pelas classes populares, através de cursos, seminários, debates, manifestações artísticas e comunicação social.

A Sociedade Latina é um agrupamento de militantes latino-americanos unidos em defesa da identidade cultural e política latino-americana. É um projeto de comunicação e reflexão cujo intuito é o desenvolvimento e a integração dos povos latinos através da difusão do seu pensamento, cultura e história. Aglutina escritores, cientistas humanos, jornalistas e artistas de vários países em torno do ideal da liberdade e da diversidade dos povos.

O Que Nos Une

Há algum tempo atrás, com a derrota do sistema socialista soviético, degenerado por sua competição economicista com o capitalismo, a esquerda mundial sofreu grande abalo. Muitos capitalistas proclamaram o fim da História. Este absurdo científico-dialético não teria nenhuma importância, não fora pelo fato de que muitos "bons homens" foram suficientemente ingênuos para acreditarem nele, mesmo dentre aqueles que se dizem socialistas.

A má formação conceitual permitiu que partidos que hoje ostentam o nome de socialistas ou comunistas tenham tirado de seus princípios, o ideal da Revolução. Comodamente em suas poltronas, lutadores de outrora, políticos e intelectuais pequeno-burgueses de agora aceitam esperar pelas reformas democráticas burguesas. Mas as palavras de ontem, seqüestradas, ainda esperam as cartas que nunca são escritas. E na falta de radicalismo, radical é a fome.

Conforme pudemos verificar com Lula, dificilmente um governo de alianças com a direita - e é preciso tê-las para ascender ao poder neste regime - têm coragem para conseguir reformar algo. Caso fora da regra foi o do presidente venezuelano Hugo Chávez, eleito com grande apoio votos popular. Todavia, está sendo impedido de governar por uma série de atentados contra sua política econômica, apenas por ter querido implementar algumas reformas básicas, como a agrária, a educacional e a da saúde. Estas mudanças, diga-se de passagem, não são nenhum grande ideal socialista. Nos países centrais elas foram feitas pela própria burguesia, visando o desenvolvimento nacional.

Está claro, portanto, que a questão não é a forma como se constitui um governo - se democrática ou não - que determina se ele é legítimo. Se este governo tiver atitudes que contrariem o pensamento único vigente capitalista, será indubitavelmente classificado de autoritário, difamado pela influente imprensa suja da elite nacional e internacional e ameaçado de intervenção pelo império do norte e seus mascotes europeus.

Não mais é possível postergar as atitudes. Assim como não basta um partido se denominar socialista para que o seja de fato, não basta também a nenhum homem se proclamar de esquerda, sem atitudes que denotem esta postura. A Revolução não precisa simplesmente de amigos e simpatizantes que aplaudam as

falas radicais. Os caminhos ao Socialismo são construídos a cada passo. Assim, não basta também pensarmos a atitude socialista apenas como uma opinião frente aos fatos, mas devemos reconhecer esta posição na sua solidariedade para com o movimento, no seu engajamento. Ser socialista é mais que uma decisão tomada e é mais do que a eleição de uma conduta ética em suas relações pessoais - embora também passe por aí.

Ser socialista é exercer uma atividade, é apoiar o movimento rumo à diminuição das injustiças sociais e ao fim das classes. Os conceitos do comunismo ou capitalismo não são estáticos, mas antes de tudo são movimentos que têm um sentido, uma orientação. O que é necessário é a construção de uma verdadeira solidariedade socialista internacional em que cada qual esteja comprometido na construção de um programa revolucionário, não só de coração, mas além disso com a prática militante.

Contudo, na atual circunstância de desvario histórico da espécie humana, independente de acordos em torno de certezas, urge frear o deslocamento em direção ao capitalismo. O caminho que estamos a perseguir, importa mais do que o ponto onde nos encontramos neste grande gráfico filosófico.

Neste sentido foi formada *A Palavra Latina*, para dar voz a todos aqueles que tenham críticas às atrocidades capitalistas cometidas em nome do desenvolvimento. O que nos une, portanto, em torno deste periódico político-cultural formativo e informativo é o fato de que todos nós, das mais diversas tendências, acreditamos que está na hora de pararmos o mundo, pensarmos e voltar a movê-lo por sendas menos desastrosas, antes que a própria mãe natureza faça isso sem perguntar ao ser humano.

Através de um jornalismo crítico, a ação d'*A Palavra Latina* passa, não somente pela informação política, mas também pela aproximação cultural dos povos latino-americanos, distantes e perdidos, isolados na periferia do mundo.

A Verdade não a poderemos apontar com precisão jamais, mas a Mentira se torna clara a cada dia da história. E conforme nos aproximamos da inalcançável Verdade, mais ela se mostrará inacabada e mais nos convocará e afirmará que lutar não é uma opção, porém um dever existencial.

PSOL: Socialismo e Liberdade

por Lincoln Secco*

O surgimento de um novo agrupamento político chamado Partido do Socialismo e da Liberdade (PSOL) reunindo dissidentes do Partido dos Trabalhadores (PT) pode se tornar o acontecimento mais proeminente da história da esquerda brasileira desde o aparecimento do PT.

Evidentemente, trata-se de um prognóstico ousado e temerário. Mas de nenhum modo significa afirmar o sucesso eleitoral desse partido ou a perspectiva de que se torne maior do que o PT. O governo Lula já demonstrou que o PT não concorre mais na esquerda. Ele visa se manter como partido de bandeiras populares em direção ao centro. Esse direcionamento poderia lhe render dividendos políticos entre os que têm medo de uma revolução social (à direita) e os que desejam reformas profundas igualmente sem uma revolução (na esquerda). É um espectro amplo do eleitorado. O maior de todos em qualquer democracia liberal. Na extrema esquerda, eleitores sempre são escassos, mas não insignificantes, como a derrota de Jospin na França o demonstrou cabalmente (e aí reside a área de crescimento do PSOL).

Todavia, no Brasil, um país de reformistas que não fazem reformas, o tiro pode sair pela culatra. O PT pode perder eleitores de esquerda desencantados e continuar a ser temido (ou odiado) pelos eleitores de direita. Neste caso, desapareceria como pó na estrada. Convinhamos, 20 ou 30 anos na história do Brasil não seriam muita coisa.

O fim do PT, entretanto, não significaria a vitória do PSOL. Poderia ser o fracasso de toda a esquerda brasileira. Pois o PT, se é verdade que perdeu força histórica, foi fruto da mobilização da classe operária do ABC paulista.

Em outros momentos da história, surgiram partidos socialistas com notável apoio intelectual, mas intelectuais não fazem revoluções, salvo se encontram organizações de massas ou exércitos para apoiá-los. O PSOL até agora não conta com tal apoio. Pode esperar talvez um respaldo crescente do MST, o que é no mínimo duvidoso. Mas se não disputar os setores estratégicos da CUT, nada poderá fazer.

Ele conta, por outro lado, com uma vantagem em relação aos partidos esquerdistas de outrora. Os pequenos, que antes se desprendiam do PT, o faziam em conjunturas em que o PT continuava a acumular as forças de revolta. Por mais que teóricos desconfiassem do partido, ele galvanizava as esperanças da maio-

ria dos reformistas e revolucionários. Agora, o PT declina ideologicamente na mesma medida em que cresce em poder político, eleitoral e econômico. Tem mais dinheiro e poder. E menos prestígio e hegemonia.

A grande tragédia da esquerda brasileira é que temos todos, continuamente, de patinar no ponto zero, como nos lembrava o mestre Florestan Fernandes. Sempre recomeçamos tudo de novo a cada derrota. Acumulamos dívidas históricas sem saldarmos nenhuma. Um partido socialista chega ao governo condenado não só pelos acordos e concessões à ordem burguesa, mas também pela necessidade de realizar reformas burguesas que a própria burguesia se recusa a fazer.

O que o PT nunca compreendeu é que, no Brasil, a reforma e a revolução caminham juntas. É difícil ver os limites entre uma e outra. Por isso, a mínima reforma gera pânico nos de cima. Ela em si mesma já contém um teor radical. Isso explica a rápida conversão do PT à Ordem. O PSOL corre o mesmo risco. Sem forte identidade ideológica, ele nasce com a potencialidade original do PT: a de aglutinar todos os descontentes. E com sua fragilidade congênita: o reformismo de linguagem revolucionária. Contido dentro da Ordem. Basta ler a carta de fundação do PT para se notar o quanto aquele partido tinha uma fraseologia mais radical do que os discursos da Senadora Heloisa Helena! Mas há outro caminho? É possível aprender e retomar a luta num patamar mais elevado?

Só a radicalização (hoje impossível) do próprio PT poderia ter possibilitado tal avanço em nossa história:

PS. Dedico este artigo ao companheiro Sérgio Domingues (Sinsprev).

*[professor do Depto. de História da USP]

A PALAVRA LATINA

Edição Geral: Yuri Martins Fontes.
Conselho Editorial: Waldo Loo, Cassiano Novais, Lincoln Secco, Cesar Cordano, Ivan Leichsenring, Marcelo Min, Alexandre Ribeiro e Emerson Negão.
Fotografia: Marcelo Min e Xico da Silva.
Revisão: Yuri, Waldo, Cassiano e Ivan Diagramação e Arte: José Mário Cândido

Correspondência e Exemplares:
Tel.: 3091-2307
apalavralatina@grupos.com.br

Matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores.

Tiragem desta edição: 6.000 exemplares
Periodicidade bimestral

A Crise da Reforma na Venezuela

Oposição das elites detentoras dos meios de comunicação apoiadas pelos EUA conseguem plebiscito, mas terão de enfrentar a grande popularidade do presidente Chávez, autor de importantes reformas sociais

texto e foto Yuri Martins Fontes*

A Venezuela está vivenciando o caso mais irônico que a democracia capitalista conseguiu produzir ao longo de sua história. Eleito com mais de 60% dos votos, o ex-oficial do exército, Hugo Chávez Frías vem sofrendo desde então uma série de bombardeios da mídia e tentativas de golpe por parte da elite venezuelana e do governo dos EUA. A acusação é a de que ele seria um "ditador". Seus crimes: investir em infraestrutura e transportes públicos, fazer a reforma-agrária, investir em educação e saúde, lutar pela valorização do petróleo e contra a corrupção da bilionária estatal petroleira venezuelana (PDVSA).

Por tudo isto, o governo de Chávez soa antidemocrático aos olhos do grande irmão. Ao que parece, no entender da oposição, *ditador* é o nome que deve ser dado a quem queira mudar o quadro vigente de privilégios e corrupção. E neste bojo, não podemos senão agradecer ao conservador governo republicano dos EUA por sua brutal truculência e pela descarada ingerência nas soberanias nacionais, fatos que somente semeiam a contrariedade e o esclarecimento acelerado da opinião pública internacional, acerca do que é considerado "democracia" dentro do capitalismo.

A democracia, as eleições e a liberdade de expressão são vistas pelas classes dominantes como males necessários, e só são válidos enquanto não lhes ameacem os interesses. Quando o mecanismo democrático é utilizado para modificar as estruturas do Estado, a grande imprensa passa a denominá-lo "ditadura" – como podemos observar nos noticiários dos grandes meios brasileiros, que somente acusam autoritarismo, sem nada informar acerca das conquistas do vizinho povo venezuelano.

Sendo um dos países mais ricos da América, a Venezuela é também um dos campeões em má distribuição de renda e em corrupção. Embora sua renda *per capita* seja superior a do Brasil, cerca de 70% da população vive abaixo da linha da pobreza.

Numa clara resposta popular a esta situação de extrema desigualdade social, Hugo Chávez foi eleito presidente, segundo uma proposta de cunho reformista e nacionalista. Convocou uma nova constituinte que começou por mudar o nome do país para República Bolivariana da Venezuela, denotando o desejo de integração e independência do submisso continente latino-americano, segundo as idéias socialistas de Simon Bolívar.

Apesar desta nova Constituição ser, em vários aspectos, ousada – como por exemplo no reconhecimento dos povos e das línguas indígenas, inclusive com representantes na Assembléia Constituinte – ela não pretendia quebrar nenhuma estrutura fundamental da estrutura capitalista, mas tão somente modificá-la, conforme uma orientação para



Chávez em Porto Alegre - Fórum Social 2003

um capitalismo menos inumano. Contudo, logo ocorreu que o governo bolivariano percebeu que as oposições não estavam abertas para a pauta do reformismo.

Ainda que não se tivesse confiscado nenhuma grande propriedade produtiva, a reforma-agrária foi fortemente rechaçada. Mesmo assim foram distribuídos milhões de acres de terra a cooperativas camponesas.

Reformas educacionais imediatas lograram colocar em poucos anos três milhões de pessoas no ensino fundamental e médio. Milhares de vagas foram abertas no ensino superior, sendo também criados programas de assistência estudantil.

No campo da alfabetização, foi implementada com sucesso a *Missão Robinson*, que acendeu as luzes das letras para quase um milhão de venezuelanos, alfabetizados segundo uma pedagogia libertária horizontal de muitas semelhanças com aquela proposta pelo educador brasileiro Paulo Freire.

Para a promoção da cidadania, foram deslocados soldados do exército para a prestação de serviços de organização social e comunitária em bairros pobres. Hospitais militares passaram a atender à população. Hoje, recrutas fazem registros de nascimentos e de indocumentados nas periferias.

Ademais, segundo a ONU, a Venezuela cumpriu com uma das mais importantes "metas do milênio", colocando para estudar todas as crianças em idade escolar primária. Cumpriu também a meta de reduzir pela metade o número de pessoas sem acesso à água potável. Cabe ressaltar que tais metas estão previstas para serem cumpridas até 2015, segundo o compromisso internacional. Os próximos objetivos perseguidos por Caracas e que fazem parte do acordo são a redução pela metade da pobreza extrema, a redução da mortalidade infantil e a garantia da sustentabilidade do meio ambiente.

Através do programa *Bairros Adentro*, o governo proveu de cuidados básicos de

saúde a um milhão de pessoas somente na capital. Para tanto contou com o apoio de Cuba, que enviou para o país uma força tarefa de 3500 médicos, inclusive para áreas rurais que nunca tiveram acesso a assistência. Os custos desta operação, além de tudo, foram bastante reduzidos, visto que um médico cubano tem um soldo bastante menor, mesmo de que um venezuelano, dado o custo de vida e a desvalorização do *Peso* local.

Em troca, o governo venezuelano enviou petróleo à ilha insurgente. Ainda que os preços cobrados pelo ouro negro tenham sido os de mercado, a proximidade entre os países, a facilitação do pagamento e o rompimento da barreira econômica imposta pelos EUA foram bastante positivos para a frágil economia cubana. Bom para ambas as partes.

Não obstante, tudo isso já incomodasse bastante ao Império, as desavenças pioraram no campo externo, quando Chávez se posicionou pela valorização do barril de petróleo e contra a política externa dos EUA, especialmente no Iraque.

Depois disto, vieram outras tantas propostas "rebeldes" para a integração e soberania latino-americana. Merecem destaque as propostas para a criação de um fundo financeiro da região, que diminuísse a fragilidade destes mercados, e também a de criar uma petrolífera unida, uma rede de televisões públicas e uma grande universidade dos países do "Sul".

Recentemente, o governo venezuelano percebeu que não podia enfrentar-se ao império sem o povo. Sob pressão das massas de trabalhadores e camponeses, Chávez deu uma guinada à esquerda. Pediu para a missão militar estadunidense deixar seus escritórios de ligação na sede das forças armadas. Enfatizou publicamente a necessidade de se trazer para a pauta de discussões a questão do imperialismo, que segundo ele, tem sido evitada pela esquerda latino-americana. Afirmou que a Revolução Bolivariana entra agora "na etapa antiimperialista", em aberto posicionamento contrário a Washington.

Contudo, o governo ainda não nacionalizou nenhum setor da economia. A Revolução Bolivariana ainda não tomou as medidas necessárias para romper as estruturas vigentes. A solução socialista somente agora começa a ser cogitada, dada a impossibilidade que seus dirigentes encontraram para continuarem a fazer as pretendidas reformas.

A reação oposicionista está cada vez mais forte e conseguiu inclusive fazer validar o mínimo de 20% das assinaturas necessárias para a obtenção de um plebiscito revogatório do mandato de Chávez. Ainda que o número seja pequeno, perto dos mais de 3 milhões de votos que terá agora que obter para conduzir o país a novas eleições, isto denota um descontentamento popular crescente, aprofundado pela campanha intermitente da grande imprensa suja nas televisões, rádios e jornais. Outro desagradável problema é a alta inflação, devida à sabotagem econômica do empresariado nacional e

estrangeiro – o que corroeu as economias das classes médias.

E para complicar, as mensagens estadunidenses vêm sendo bastante diretas. O Departamento de Estado dos EUA, a poucos dias da oposição apresentar as assinaturas, ameaçou o governo de Caracas: "deixe o referendo acontecer, ou enfrente as consequências". E um funcionário declarou ao jornal *The Washington Post*: "temos de fazer todos os esforços para conter esta ditadura que está se consolidando". O secretário adjunto estadunidense para assuntos da América Latina, Roger Noriega declarou que é interesse de seu país "reerguer a democracia na Venezuela". Para tanto, declarou que talvez sejam necessárias "sanções econômicas internacionais".

Apesar dos ataques internos e externos à economia – que tem sofrido com as fugas de capital nacional e com as suspensões de investimentos externos – há previsão de crescimento econômico de 8,8%, o maior de toda a América Latina. Este dado positivo foi fortemente ajudado pela alta do petróleo, já que o país é o quinto maior produtor do mundo. Devido a isto, a inflação teve queda significativa, o que de certo modo restaura o deteriorado apoio governista dentro da classe média formadora de opinião. Outro fator popular proporcionado pelo desafogo financeiro foi o aumento do salário mínimo, no primeiro de maio, em 30%.

Mas a oposição está disposta a tudo, como denota o caso de mais de 100 paramilitares colombianos sendo treinados nas cercanias de Caracas, com vistas a um novo golpe. Em caso – provável – de nova derrota oposicionista nas urnas, uma guerra civil não estará longe. Chávez está certo disto. Começa a se cogitar o armamento de milícias populares para a defesa da soberania. Os 100 mil círculos bolivarianos – grupos de discussão política de cerca de 10 membros cada – começam a se movimentar. Oficiais da oposição têm sido afastados.

O povo está sendo chamado às ruas e provavelmente boa parte estará armada quando chegar a hora. Se paralelamente a esta mobilização militar e de massas, houver um programa claro de nacionalização de algumas indústrias estratégicas e instituições financeiras, o socialismo poderá emergir sem a necessidade de grande derramamento de sangue, dada a singular situação de superioridade das forças internas de esquerda. Somente uma densa união do povo venezuelano evitará a invasão estadunidense – e isto só se poderá dar numa transição imediata para um governo socialista dos trabalhadores e camponeses.

Reformar é preciso, mas cabe saber a hora de revolucionar as estruturas, para que a contra-mão da história não atrole os tão poucos avanços, como no caso da derrota do presidente eleito democraticamente Salvador Allende, no Chile, por forças da CIA.

Chegou o momento de Hugo Chávez optar entre as meias atitudes "agradáveis" a ambas as partes, ou a possibilidade do interior. Seria uma lição inesquecível para os governos, ditos de esquerda, latino-americanos. E mesmo para o mundo.

*[Filósofo e engenheiro] yurimf@usp.br

Plano Puebla-Panamá: o caso do México

por Waldo Lao*

Dentro dos projetos neoliberais favorecidos pelo governo do presidente Fox, se encontra o chamado "Plano Puebla-Panamá" (planejado para 2005). Esta iniciativa não tem por base autoral o governo do México, mas corresponde aos interesses de Washington como parte de uma estratégia para obter um controle econômico do México e dos países centro-americanos.

O financiamento deste projeto terá o mesmo modelo aplicado ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, na sigla em inglês) assinado em primeiro de janeiro de 1994, tendo como credores o Banco Mundial, o Banco Interamericano de



Índigenas Zapatistas no município autônomo rebelde de La Realidad (Chiapas)

Desenvolvimento e o FMI – aumentando em grandes montantes a dívida externa destes países subdesenvolvidos.

O Plano que atingirá o sudeste mexicano, parte da cidade de Puebla, atravessa nove estados da República, estendendo-se através da Guatemala, até o Panamá (fronteira com a América do Sul). Abarcará uma área de mais de um milhão de quilômetros quadrados, onde habitam 64 milhões de pessoas, das quais cerca de 18% são indígenas.

Em torno da aplicação deste projeto se unirão as iniciativas do "Corredor Biológico Meso-americano", do "Plano Energético das Américas" e do "Sistema de Integração Elétrica", o que convergirá para um maior controle geo-estratégico por parte dos EUA, evidenciando o intervencionismo político, econômico e militar sobre a área.

Pretende-se também criar e acondicionar uma ampla e custosa rede de transportes – aéreo, rodoviário, ferroviário e portuário – através da qual, com a exploração de mão-de-obra barata, forjará uma extensa rede de indústrias com as quais se abrirá um processo de extração e privatização dos recursos da rica biodiversidade que existem na zona, como: energia elétrica, urânio, gás natural, água e petróleo – só no caso do México. Além disto, o projeto deixará de fora os pequenos e médios empresários, beneficiando apenas aos pequenos grupos oligárquicos nacionais, bem como às empresas transnacionais petroleiras, farmacêuticas e biotecnológicas.

Com a aplicação deste corredor, o México e a América Central cairão sob o controle e a subordinação dos EUA. Este projeto será um passo para conectar o NAFTA, com o Plano Colômbia e com a Iniciativa Andina, o que facilitará o caminho para o Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA). Assim se romperão as últimas barreiras econômicas de toda a América Latina, liberando o

trânsito de mercadorias fruto do extrativismo de seus recursos naturais. Desta forma nos veremos envolvidos pelo expansionismo de um país que quebra culturas, impondo um estilo de vida vazio e carente.

A respeito do intervencionismo militar, aumentarão os grupos militares e paramilitares no sul do México (principalmente no estado de Chiapas, devido ao insurgente Exército Zapatista). Na Guatemala – fronteira com Chiapas – os EUA instalarão 12 mil soldados. O Exército Zapatista, que completou 20 anos no início deste ano, é o grande obstáculo que o governo mexicano ainda enfrenta. Este grupo indígena subversivo do sul do país se encontra sob pressões militares de um governo que prometera resolver o conflito em "20 minutos". O presidente Fox nada resolveu e inclusive vem descumprindo os acordos de San Andrés, que tratam dos direitos e da cultura indígena.

Diante disto, os Zapatistas vão consolidando os seus 30 Municípios Autônomos Rebeldes, transformando o projeto militar em uma iniciativa política. Foram também criados os chamados Caracóis, cinco bases solidárias que têm como função administrar as relações internas entre os 30 municípios, bem como responder às relações com a sociedade civil. Afirmando os Zapatistas que o Plano Puebla-Panamá "não passará pelas Zonas Autônomas".

* [antropólogo pela Escola Nacional de Antropologia e História do México]
waldo_lao@yahoo.com
(tradução de Y.M.F.)

A crise no Haiti

por Isabela Cordaro**

O Haiti, palco da Revolução dos Escravos, tida como a primeira revolução de escravos na América Latina, justamente no momento em que comemora 200 anos de sua independência, protagoniza uma velha e trágica história.

País com o pior índice de desenvolvimento humano da América Latina, foi vítima por quase 30 anos consecutivos das ditaduras duvallieristas. A primeira, do terrível Maurice Duvalier, o Papa Doc, cuja polícia foi encarregada de eliminar fisicamente a oposição, durou de 1957 até 1971, ano de sua morte. A segunda, foi de seu filho e sucessor Baby Doc, que acabou por fugir para a França, em 1986. Esse período foi marcado por corrupção, perseguição política, torturas, assassinatos, pobreza e marginalização social.

Jean Bertrand Aristide, jovem sacerdote salesiano, nessa mesma época, passa a ganhar notoriedade pelas suas denúncias da triste realidade do povo haitiano. Junto com outros militantes democráticos, funda o Movimento Lavadas (que, em crioulo, significa avalanche) de oposição e luta contra a ditadura, que o leva à Presidência, em 1990.

Em 1991, o governo de Aristide é derubado por um golpe militar, liderado pelas forças duvallieristas e pelo General Raoul Cédras. Exilado, Aristide consegue

voltar ao poder em 1994 com ajuda do exército norte-americano. Desde esse momento, seu governo muda completamente, sendo subordinado aos organismos internacionais e caminhando por uma via nitidamente neoliberal. Seus então companheiros de luta passam à oposição, formando diversos órgãos em defesa da soberania haitiana.

Aristide abandona a Presidência em 1996, deixando-a sob o comando de seu braço direito, René Preval. Assume novamente em 2000, graças a eleições parlamentares fraudulentas, da qual não participou a oposição.

Em janeiro último, a oposição exigiu a renúncia de Jean Bertrand Aristide, que exilou-se na República Centro-Africana. O Haiti, atualmente, está sendo governado por uma força de coalizão formada pelos EUA, França e Chile. Continua enfrentando grave crise, econômica e social, como o desemprego que já atingiu um índice de 70%.

O governo brasileiro assumiu a coordenação da chamada missão de estabilização da ONU no Haiti, que tem como principal objetivo, segundo os militares de "patrulhar as ruas, dar segurança à população e combater", e ainda, segundo o Ministério da Defesa, ser um treinamento para uma possível intervenção no Rio de Janeiro, combatendo a criminalidade. O Brasil começou a sua missão no dia 24 de maio, enviando cerca de 1200 soldados e gastará aproximadamente R\$ 150 milhões.

Como denunciou o deputado Fernando Gabeira: "O golpe de estado no Haiti foi realizado, pelos Estados Unidos, em primeiro lugar, cortando a ajuda internacional ao governo de Aristide. Em segundo lugar, financiando a oposição por meio de entidades. Em terceiro lugar, associando-se aos criminosos [da polícia política] *Ton Ton Macoute*. Alguns deles vivem hoje nos Estados Unidos, como Emmanuel Constant, que matou 6 mil pessoas". E prossegue: "Vamos ao Haiti gastando quase 300 milhões, dinheiro essencial para a paz na cidade, no campo e na floresta brasileira onde aparecem a cada instante manifestações de barbárie determinadas pela ausência do Estado brasileiro, a fim de defender a 'paz americana'".

Como se vê, o papel que o Brasil irá representar no Haiti, é o de "laranja" dos EUA – que desgastados com a guerra do Afeganistão e Iraque preferem não mostrar sua cara onde pretendem construir sua maior base militar da América Latina. Isso pode ser explicado pelo interesse na conquista de uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU ou na conquista da liderança na América Latina. Mas essa justificativa configura um pretexto insustentável, posto que não se pode admitir qualquer liderança conquistada à custa da imposição da força contra povos irmãos, principalmente quando tal invasão se destina, como está evidente, a defender interesses imperialistas.

**[estudante pré-universitária]

por **Facundo Gatti***
(de Buenos Aires)

O Movimento Piqueteiro

O Movimento Piqueteiro é a criação mais genuína da classe trabalhadora e das massas exploradas argentinas dos últimos 25 anos. Como toda criação trabalhadora, teve que enfrentar luta tenaz contra as instituições do Estado – executivo, parlamento e justiça – e mesmo da igreja, partidos patronais e das burocracias dos sindicatos integrados ao Estado.

Nasce da necessidade vital das massas trabalhadoras – e não apenas dos desempregados – que no governo liberal de Menem adquiriu dimensões de catástrofe ante o absoluto abandono de suas reivindicações pela burocracia oficial sindical. Na medida em que organiza aos desorganizados, o movimento piqueteiro é, em si mesmo, um freio à tentativa da burguesia de atomizar a classe trabalhadora através do desemprego. Neste processo de organização, foi decisivo o papel do experimentado ativismo que, em consequência das demissões e das perseguições, havia ficado de fora das fábricas.

Os piqueteiros têm sido os protagonistas das grandes lutas populares que comoveram a Argentina nos últimos seis anos, mobilizando centenas de milhares de trabalhadores, derrubando ministros e governos, e revolucionando a vida interna dos sindicatos, promovendo uma nova geração de dirigentes trabalhistas. As grandes passeatas e interrupções de rodovias em diversas ocasiões foram feitas sob a oposição das direções sindicais dominadas pela burocracia.

O piquete constitui um instrumento de educação política para as massas porque desnuda a ficção da “democracia” como o reino abstrato dos “direitos e garantias” dos “cidadãos iguais ante a lei”. O regime político garante efetivamente o direito capitalista de explorar os trabalhadores e de despedi-los quando lhe convier, mas não garantem o “direito ao trabalho” a milhões de desocupados. Só o piquete – ou seja, a ação coletiva dos explorados – pode garantir este direito na prática.

A classe trabalhadora está historicamente determinada, ainda que seja obrigada a retroceder, suas conquistas não desaparecem. Formam parte de seu substrato, de sua memória, de sua consciência coletiva. Naturalmente, pois, o Movimento Piqueteiro renovou, sob novas condições, as tradições históricas da classe trabalhadora argentina. Os piquetes fazem parte da tradição desta classe trabalhadora, há mais de cem anos. Voltam agora, sob novas circunstâncias, não só como organização de desempregados para quebrar a ditadura patronal que lhes nega o direito a serem explorados, mas também como união entre o desempregado e o trabalhador ocupado, em uma luta comum por empregos e salários.

O início da organização piqueteira é de 1995, na época em que se preparava a reeleição de Menem. Seu desenvolvimento está diretamente ligado à derrubada do peronismo. A reação das gentes foi proporcional ao tamanho de sua decepção e ao choque de sua desilusão.

Nos anos de ascenso da Aliança (de 97 a 99), o movimento foi parcialmente confiscado pelos partidos e tendências que atuavam em seu nome – o Frepaso e a Central dos Trabalhadores da Argentina. Mas a Aliança era anti-piqueteira por sua própria natureza, segundo explicou o próprio ex-presidente Alfonsín, “para canalizar o protesto”, ou seja, para abortar as possibilidades de seu desenvolvimento.

A Aliança conseguiu subordinar politicamente

parte da direção dos movimentos e integrá-la ao Estado. A confiança no “progressismo” cooptou dirigentes à posições contrárias aos piquetes, desarmando politicamente o movimento, e chegando mesmo a dissolvê-lo.

Com o vertiginoso fracasso do “progressismo” *aliancista*, os piqueteiros voltam ao primeiro plano, mas agora com uma insuportável projeção nacional. Já é muito mais que uma forma de protesto contra as políticas de estabilização. Havia passado de um movimento puramente reivindicativo de reclames sociais, à formulação de programas políticos que levantavam reivindicações históricas da nação atada e que tinham como perspectiva a transformação social da Argentina e inclusive um governo dos trabalhadores.

Havia passado de isolados bloqueios de estradas à greve geral e ao plano de luta nacional. Havia passado da organização de desempregados à incorporar ativamente os trabalhadores da indústria. Junto a estas transformações, se procedeu a sistemática seleção e re-seleção dos quadros dirigentes, através da experiência da luta de massas e da luta política. Quase nenhum dos atuais líderes tinham participação dirigente no início.

Hoje os piqueteiros reúnem a distintos componentes sociais explorados, desde trabalhadores desempregados que passaram pela experiência da luta sindical, à uma enorme massa empobrecida da periferia, e até jovens donas de casa que não haviam passado pela “escola” da fábrica e dos sindicatos. Nesta mescla radica a sua riqueza e vitalidade, mas também a sua heterogeneidade. Há desde alas revolucionárias – que lutam pela independência política do movimento e pela fusão da luta dos trabalhadores empregados e desempregados – até uma tendência pequeno-burguesa e burocrática, subordinada a políticos de centro-esquerda e partidários da integração do Movimento ao Estado.

O Movimento se transformou numa referência para as lutas dos explorados do campo e da cidade, expressando a tendência da classe trabalhadora em converter-se na direção da nação oprimida. Tem, inclusive uma projeção internacional, devido ao interesse que despertou em partidos e intelectuais de esquerda em todo o mundo, como se pode observar em diversas análises da imprensa mundial. O exemplo da luta já se estendeu ao Uruguai, onde se formou nacionalmente a União de Trabalhadores Desempregados.

Os explorados argentinos não podem esperar nada da Aliança ou do Partido Justicialista, nem das instituições do Estado “democrático”. Para os explorados, a saída depende da evolução política do Movimento Piqueteiro, no sentido de sua maturação e fortalecimento de suas tendências revolucionárias.

O grande horizonte para os piqueteiros é converterem-se na vanguarda política da classe trabalhadora e dos demais explorados. Uma vanguarda trabalhadora luta em função de uma estratégia e com base em um programa, e constrói um partido próprio para arrancar o poder dos exploradores.

*[*militante do Partido Obrero Revolucionário da Argentina*] (Tradução Y.M.F.)

O papel do imperialismo lingüístico na hegemonia capitalista

por **Henrique Silva Peres***

Recentemente os estudos lingüísticos têm ocupado um espaço cada vez maior nos debates sobre questões culturais. Aliada à antropologia e às ciências políticas, a lingüística surge como uma importante ferramenta para uma melhor compreensão da organização de nossa sociedade. O conhecimento dos mecanismos de domínio cultural impostos através da linguagem são de grande importância para a compreensão adequada do fenômeno da globalização capitalista.

A língua de uma determinada comunidade ou nação não é apenas um meio de comunicação, mas também um meio de compreensão da realidade. Uma das expressões da diversidade cultural é a diversidade lingüística, que representa a variedade no modo como cada povo interpreta e descreve o mundo a sua volta. Uma língua ou idioma é, portanto, representante de uma determinada tradição e sua manutenção é primordial para a continuidade desta tradição e de suas outras expressões, como a religião, crenças, mitologia, culinária, organização política e social, etc. Então, quando se perde uma língua, perde-se também um modo de ver o mundo.

A dominação cultural de diversas comunidades por outros povos não é uma novidade no cenário histórico da humanidade. Não faltam exemplos de nações impondo sua cultura, religião e língua em várias regiões do mundo. Pode-se observar que a estrutura básica da dominação cultural é geralmente a mesma, independentemente da época ou da região em que ela ocorre. O Império Romano é um bom exemplo, pois através da imposição de sua tradição e costumes pela Europa Ocidental e Oriental, dizimou culturas e, consequentemente línguas.

Outro importante exemplo de dominação cultural foi a colonização da América. Seguindo os moldes da dominação romana, as metrópoles europeias invadiram as terras já habitadas pelos vários povos indígenas de Norte a Sul. Inglaterra, França, Holanda, Portugal e Espanha foram os principais agentes da colonização americana, e suas poderosas nações dizimaram a população indígena e suas diversas culturas e línguas. A imposição da língua da metrópole nas colônias fez com que o poder se estabelecesse e o controle ideológico se tornasse possível, uma vez que qualquer habitante necessitava se comunicar na língua da cultura dominante para ter acesso aos bens sociais disponíveis. Assim nasceu o português como língua oficial no Brasil, o espanhol no restante da América Latina, além do inglês e do francês.

Não faltam tristes exemplos de invasão cultural: neo-colonialismo africano, colonização da Austrália, dominação inglesa na Índia e, mais do que nunca, aqueles presentes nos dias de hoje.

O ativista e intelectual cubano Fernando Martínez Heredia fez importantes reflexões sobre como se sucedeu o processo de colonização no século XX, sobre as revoluções contra o imperialismo e o capitalismo e sobre o colapso dos regimes da Europa Oriental. Afirma que o processo de dominação não terminou, mas passou por uma reorganização. Vivemos uma modernização do imperialismo liderada principalmente pelos Estados Unidos. Segundo ele, estamos diante de uma tentativa de controle ideológico nunca antes visto, na prevenção de rebeldias.

Uma vez que a linguagem nos permite pensar o mundo de nosso próprio modo, sua imposição nos limita intelectual e politicamente. A hegemonia estadunidense tem, na imposição do inglês como língua internacional para transações capitalistas, uma das suas diversas formas de manutenção do poder. Há um profundo domínio da consciência das pessoas.

O modo como a língua inglesa é ensinada também reproduz a lógica capitalista e faz com que vários alunos ao redor do mundo, entrem de forma inconsciente em um esquema de reprodução dos valores pré-estabelecidos de produção e consumo. Sob o pretexto de facilitar a comunicação internacional, a propagação mundial do inglês presta outro serviço: o da diminuição do valor de outras línguas e culturas.

Enfim, esta lógica perversa, ao inferiorizar outras culturas, faz com que as pessoas oprimidas queiram ser como os seus opressores, ou seja, representantes dos valores capitalistas. Assim compram bens, serviços e idéias. As pessoas dominadas acreditam, portanto, que saber o inglês representa ascensão social e intelectual e deste modo facilitam a sua propagação e imposição.

Devemos portanto lutar pela valorização da diversidade cultural e lingüística, de modo que não sejamos simplesmente cópias uns dos outros. A idéia que cada um faz de si mesmo e da cultura de seu povo é muito importante para qualquer tipo de resistência. Dessa luta fazem parte os movimentos populares pela democratização da educação, contra o domínio imperialista e em prol da manutenção e do resgate das culturas indígenas. Nessa luta estão também as publicações revolucionárias, aquelas que propõem idéias alternativas ao sistema.

*[*do Departamento de Letras da USP*]

Globalização e Imperialismo: desigualdade e miséria

por César Antonio Alves Cordaro*

O termo globalização, utilizado para designar a fase atual do capitalismo, tem servido para gerar, no seio de povo, uma série de equívocos da exata compreensão do momento em que vivemos.

Há aqueles que vêem, na atual fase da economia mundial, uma maravilhosa oportunidade para que os povos do mundo possam se unir e harmonizar seus interesses para assim se beneficiar de melhor maneira com os recursos materiais e culturais do mundo todo. Outros, os defensores da idéia do "fim da história", afirmaram, precipitadamente, ter a humanidade alcançado, na fase atual do capitalismo, o mais alto grau de organização capaz de satisfazer suas mais profundas necessidades. Essas interpretações, da fase atual do capitalismo, são acalentadas por aqueles que se prestam a defender a situação vigente, por ingenuidade e deslumbramento, ou por identificação com os interesses do capital, hipótese esta em que o personagem age como um *sicofanta* da "nova ordem" (o termo *sicofanta* foi usado por Marx para criticar os falsos "economistas clássicos" defensores do capitalismo; em grego antigo servia para designar as pessoas incumbidas de denunciar aqueles que roubavam frutas em pomares).

Que essa situação provoque deslumbramento nos ingênuos ou seja utilizada pelos *sicofantas* da "nova ordem" não é de causar estranheza. O que deve ser evitado, todavia, é que essa ingenuidade atinja a tantos quantos almejam uma nova sociedade sem classes, livre da exploração e das desigualdades que são inerentes ao capitalismo.

Nesse sentido, é importante não perder de vista que a globalização, como hoje é conhecida, é um processo que marca a expansão capitalista a partir dos anos 70 do Século XX. Da mesma forma que, na Idade Média, o capitalismo enfrentou as restrições dos domínios feudais (diversidade de tributos e de leis, moedas, regras rígidas das corporações de ofícios, códigos morais e religiosos impostos pela Igreja Católica), eliminando, num longo processo histórico, os obstáculos para a sua expansão, na fase atual, houve a necessidade de romper as restrições impostas pelos Estados nacionais, para que o processo de acumulação se dê em con-



Brasil: acampamento do Movimento dos Sem-Terra no rico e miserável país dos latifúndios.

dições mais favoráveis. Nessa perspectiva, dentro dos padrões da doutrina neoliberal (que a um só tempo defende a desregulamentação da economia e a eliminação dos gastos do Estado em políticas sociais), foram retiradas as barreiras alfandegárias, facilitada a mobilidade do capital (ingresso do capital estrangeiro e remessa de divisas), eliminadas as restrições às empresas privadas e flexibilizadas as leis trabalhistas. Em uma palavra, o fluxo de capitais não poderia enfrentar qualquer barreira e todos os países deveriam afastar aquelas restrições, se pretendessem ingressar no novo

regime de competição.

No campo dos pensadores marxistas, desenvolveu-se alguma polêmica no sentido do caráter dessa nova fase: representaria, ela, um novo estágio do desenvolvimento capitalista, como superação da fase imperialista, ou não passaria de um acirramento da fase imperialista, através do aprofundamento da dominação do planeta pelos grandes conglomerados capitalistas?

Sem a pretensão de entrar nessa polêmica – que aqui é apresentada à guisa de ilustração da complexidade do tema – o objetivo deste artigo é ressaltar a importância da compreensão da globalização, como forma de dominação do capital, que exige uma rigorosa reflexão dos seus efeitos e consequências, mediatos e imediatos.

No Brasil as consequências da globalização são evidentes. Desde o malsinado governo de Fernando Collor, iniciou-se a inserção no projeto de globalização, passando o país a adotar as diretrizes impostas pelo FMI: eliminação dos limites às importações, liberação das restrições ao ingresso do capital estrangeiro, maior liberdade de ação para as empresas privadas, redução dos investimentos em políticas sociais, etc. Esse processo foi se desenvolvendo ao longo dos últimos anos, prosseguindo nos dois períodos do governo FHC, com a privatização das estatais, atingindo seu ápice no atual governo, de Lula e do PT, quando, com a mesma submissão aos interesses do capital monopolista internacional dos governos anteriores, foram aprovadas medidas que encontraram resistência no período imediatamente anterior. Assim, graças ao "governo dos trabalhadores", foi possível aprovar a Reforma da Previdência e se encaminha, com provável êxito, rumo à flexibilização dos direitos dos trabalhadores, duramente

conquistados ao longo do Século XX, e à completa reformulação das organizações sindicais, para fazê-las mais dóceis aos interesses do capital.

A luta anti-capitalista impõe a compreensão dessa realidade, para afastar posições conciliadoras e oportunistas, que, ao ignorarem a globalização como elemento do processo de desenvolvimento do capitalismo, acabam por aderir a projetos de submissão aos interesses do capital monopolista internacional, através da política imperialista hegemônica pelos Estados Unidos, que utiliza como instrumento a ALCA e o Plano Colômbia.

Nesse sentido, devem ser ressaltados os efeitos da globalização, seja como fase de expansão do imperialismo, seja como estágio de desenvolvimento do capitalismo, e suas nefastas consequências para a humanidade – em vastas regiões do mundo, onde desigualdades são intensamente aprofundadas, quando não substituídas pela miséria absoluta. É preciso criar a consciência subjetiva, de que a globalização, em sua conformação atual, busca o domínio de mercados e de áreas de interesse do capital, seja pela via da submissão pacífica – Brasil, Argentina, México etc. – seja pela via da ocupação forçada, à revelia da própria ONU, que perdeu seu papel de organismo internacional e passou a se submeter aos interesses do capital estadunidense – a invasão do Iraque é exemplo claro dessa situação.

De igual modo, a submissão voluntária do governo brasileiro e dos grandes capitalistas locais aos interesses do capital globalizado, que tem o governo Bush como seu principal articulador, deve ser implacavelmente denunciada. Somente uma ampla mobilização pode conter essa submissão, voluntária ou forçada, e impedir a aplicação de políticas que só interessam ao capital monopolista internacional e que, ao viabilizarem a inserção do país na "nova ordem", impedem os investimentos e o desenvolvimento de políticas do real interesse da grande maioria do povo brasileiro, provocando o desemprego e acabando por acirrar os conflitos internos.

É necessário propagar a possibilidade de uma outra ordem, oposta à globalização, que, num primeiro momento, mobilize os trabalhadores e os excluídos, em torno de um programa voltado para o desenvolvimento de projetos que visem investimentos no mercado interno, produzam empregos e desenvolvam a economia com vistas a atender as reais necessidades do povo brasileiro.



Marcha venezuelana contra o golpe da direita, em abril de 2002, apoiado pelos EUA

*[advogado e procurador do município de São Paulo]

Mészáros e o movimento socialista

por Cassiano Reinert Novais*

Percorrendo a formação do pensamento de Marx, e reafirmando a vitalidade de sua obra para este séc. XXI que se inicia, Istvan Mészáros, filósofo húngaro radicado na Inglaterra, discípulo de Georg Lukács, através de sua obra "Para Além do Capital" de 1995 [tradução da Boitempo Editorial, 2002], gestada num período de 20 anos, audaciosamente ousa enfrentar a ortodoxia econômica *talean* do neoclássico liberalismo. Coloca novamente na ordem do dia a importância da análise radical do sistema do capital, para que a humanidade possa coletivamente construir uma alternativa à ordem estabelecida que, apesar de se intitular ordem, parece caminhar cada vez mais rápido rumo ao caos.

Marx, em sua obra "Crítica ao Programa de Ghotia", alertava para o perigo da mudança da estratégia revolucionária socialista em direção ao programa da chamada socialdemocracia. Esta passou a defender a tese de que era possível – através da eleição de parlamentares comprometidos com a classe trabalhadora – alcançar os objetivos do movimento mediante o exercício político no âmbito das instituições "democráticas" capitalistas.

Os acontecimentos políticos do séc. XX vieram confirmar as preocupações de Marx. Todas as tentativas socialdemocratas na Europa fracassaram. Atualmente assistimos a um brutal avanço do capital sobre direitos adquiridos no "Estado do bem-estar", sendo as Reformas Previdenciárias em países da Europa, e agora no Brasil, o mais significativo exemplo de que não há mais espaço para a manutenção da reprodução ampliada do sistema sem a retomada significativa da precarização do trabalho e do seguro social.

Não poderia ter sido diferente. O capital emergiu na história como a maior estrutura totalizadora de reprodução sociometabólica, a que tudo deve se adequar para provar sua viabilidade ou, ao contrário, perecer.

O problema surgido desta dominação global pelo capital é que a expansão contínua exigida para o sistema se manter solidamente o torna caracteristicamente incontrolável e, portanto, quaisquer que sejam as reformas sociais permitidas em determinada fase de seu desenvolvimento, estas serão suprimidas assim que não sejam mais compatíveis com sua lógica expansionista. Por, axiomáticamente, requerer a expansão sem limites, o capital só pode existir, em suas contradições e antagonismos permanentes com o trabalho, se for garantida a maior extração possível de mais-valia.

Houve um momento na história em que era possível conceder à classe trabalhadora algumas vantagens e benefícios

com a finalidade de enfraquecer o movimento revolucionário. Mesmo estas concessões eram necessárias para o funcionamento estável do sistema de sociometabolismo do capital.

Quando tais benefícios se mostraram como entraves para a expansão, o capital não fez cerimônia para arrancá-los dos trabalhadores. É isso que ocorre em larga medida no presente. A derrota teórico-prática do projeto de um socialismo evolutivo, no âmbito parlamentar, separado do movimento social, traduz sua perda total de sentido.

Em meados de 2003 o professor de filosofia Paulo Arantes falou na USP a respeito do "pensamento crítico no governo Lula": "Uma vez adotada a atual política macroeconômica, que não é especificamente brasileira,

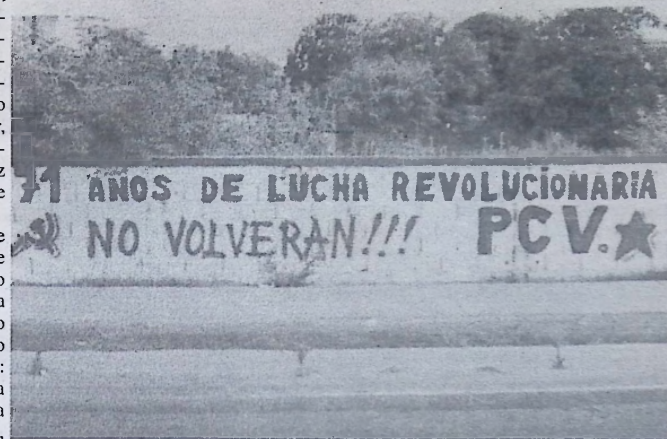
mas mundial, a saída é uma impossibilidade lógica". Sobre o PT, disse que pretendia tentar explicar "esse milagre ideológico que é a conversão do maior partido de esquerda do Ocidente".

No Brasil, a esperança de uma melhoria na qualidade de vida da população e da redução da desigualdade social, esperança presente em todos nós que elegemos Lula, começa a se dissipar. E aí está a questão: é possível, nas condições atuais da dinâmica capitalista global, haver espaço para um governo efetivamente de esquerda em algum país periférico?

Por sua própria natureza de estrutura totalizante, a ruptura com o sistema de sociometabolismo do capital deve ser global e universal. Não pode ser apenas com o sistema capitalista, pois nas sociedades de tipo soviético se mantém a estrutura de comando do capital, e portanto o sociometabolismo continua a ser determinado em última análise pelas necessidades de expansão e acumulação do capital.

Em sua dinâmica reestruturadora pós-revolucionária a URSS manteve os antagonismos entre capital e trabalho através da extração política forçada da mais-valia pelas novas "personificações do capital", agora representadas pelos burocratas do partido. Os sistemas de tipo soviético, longe de se aproximarem do autêntico sistema reprodutivo socialista, deram apenas

uma nova roupagem para a exploração do trabalho pelo capital, no que seriam melhor caracterizados como sistemas sociometabólicos do capital "pós-capitalistas", pois não conseguiram superar efetivamente a ordem estabelecida. Não podendo competir com o Ocidente, institucionalmente melhor configurado para permitir máxima acumulação e ex-



Movimento comunista na Venezuela segue firme rumo à radicalização da Revolução Bolivariana.

pansão, este tipo de alternativa societal viria fatalmente a perecer.

Istvan Mészáros nos mostra que a experiência soviética deixou claro que a ideia de socialismo em um só país perdeu totalmente a validade. A tarefa do movimento socialista mundial não significa simplesmente derrotar o capitalismo pois este pode vir a renascer sob a forma da exploração política da força de trabalho como ocorreu nos sistemas socioeconômicos denominados de "socialismo realmente existente" de tipo soviético.

Sem uma ruptura radical através de um amplo movimento de massa *extraparlamentar*, é impossível frear as engrenagens do sistema do capital, como deixou claro a própria história recente. Porém, isso não quer dizer que os movimentos sociais, principalmente de nossos países subdesenvolvidos, não têm importância nas lutas de classe interna das diferentes nações. Os movimentos setoriais como o dos sem-terra, dos sem-teto e partidos de esquerda de atuação apenas nacional são legítimos em suas reivindicações e importantes para que a classe trabalhadora possa seguir ganhando força na articulação de uma alternativa abrangente. Contudo, a alternativa socialista viável só pode ser obtida mediante a ruptura radical e universal.

*[pesquisador da Faculdade de Economia da USP]
cassi@terra.com.br

Elogio à Literatura

por Ivan Leichsenring*

Antonio Candido, no ensaio "O direito à literatura", a partir de reflexões sérias a respeito dos direitos humanos, conclui que a literatura é um direito inalienável em uma sociedade que se pressupõe justa. Infelizmente, o avanço da ciência e da tecnologia é um uso de poucos e para poucos, pois exclui desse processo a maioria da população. A alienação dos homens frente à cul-

tura - instrução, saber e técnica - não é base para a igualdade e a justiça: existem possibilidades de melhores, o que era utópico ontem, é real hoje. Mas não há empenho em mudar este quadro terrível em que vivemos. O homem agora oculta o mal, não está confortável em possuir este conhecimento, as próprias elites sócio-econômicas mudaram o modo de encarar a realidade posta, que vai do sentimento de culpa até o medo. É

amoral, por exemplo, não falar da injustiça social defronte a pobreza, ainda que seja um traço de hipocrisia social, um discurso politicamente correto dos dirigentes da nação. Por um lado, a televisão a expõe a todo momento a miséria humana, por outro, a solução que a elite encontra é o assistencialismo, maneira paliativa sem vias de transformação. Se os direitos humanos pressupõem reconhecer o que é indispensável para nós, também pressupõem reconhecer o que é indispensável para o próximo; entretanto a cultura inserida na sociedade de mercado é individualista, os semelhantes são excluídos ou omitidos do direito à reflexão. Do ponto de vista do sociólogo francês, Louis-Joseph Lebret, há uma distinção entre "bens compreensíveis" e "bens incompreensíveis". Segundo Candido, os "bens compreensíveis" são dispensáveis (os cosméticos, por exemplo) e, os "bens incompreensíveis", abrangem do alimento à roupa, da educação (e instrução) à justiça, da saúde ao direito à crença, da arte à literatura. Ora, olhando desta maneira, a literatura como necessidade universal dos homens precisa ser satisfeita. É ela que fornece possibilidades de vivermos *dialecticamente os problemas*. Daí sua indispensabilidade. Negá-la é negar-se.

*[lingüista pela USP e professor-coordenador da ACPUSP]
ivanmfl@yahoo.com.br

Reflexões de um viajante

por Jonas Mota e Silva

Passagens por outros cantos deste mundo trazem experiências e conhecimentos que nos fazem questionar premissas instaladas a tempos em nossas mentes. Através da leitura de “*Veias Abertas da América Latina*”, de Eduardo Galeano, desenvolvi nesta incursão pela Europa uma óptica que se apoia no conhecimento histórico para entendimento da realidade. A atual conformidade político-social e aguda desigualdade econômica tem seu processo de formação atrelado ao século XV, com o conceito das grandes navegações e o processo de colonização (colônias a serviço de abastecer de riquezas a aristocracia das metrópoles).

Mas de Cabral para cá, muita coisa aconteceu, e a humanidade vivenciou inúmeras guerras internacionais, guerras civis, guerras de guerrilha, revoluções e consequentemente ríspidas transformações nos campos sociais e políticos. O “*Tratado sobre o Materialismo histórico*”, de Bukarin, elucida bem esta idéia de encarar que as mudanças bruscas nos campos sociais são inerentes a história do homem. O autor compreende também que analogamente aos processos naturais, os períodos “inter-revolucionários” são dominados por processos de lentas transformações. Durante esta fase, acumula-se nas entidades naturais uma energia potencial que, num tempo futuro, surgirá culminando no início do processo de ruptura. Esta “ordem natural das coisas” está retratada nas exalações vulcânicas, nos terremotos, no movimento de placas tectônicas, no processo de diferenciação das espécies e, por fim, na história da humanidade.

Continente berço da sociedade dominante hoje no mundo, a Europa viveu as mais importantes revoluções e guerras dos últimos séculos. Mas andando pelas ruas europeias tive a sensação de estar vivendo um período de calmaria na evolução social da humanidade. Dentro de um quadro de segurança e tranquilidade o cidadão europeu vive feliz, com todos os requisitos necessários para desenvolvimento de uma vida no melhor que o planeta pode oferecer. Assim, este cidadão, que em geral possui bom conhecimento geral das coisas do mundo, não faz questionamentos que ultrapassem o âmbito de atuação de seus governos democráticos federais e continentais (União Europeia). Toda estas observações me fizeram pensar que o potencial revolucionário deveria estar em outro lugar.

A América Latina é formada por países frutos de uma colonização de exploração, que segue a cartilha do subdesenvolvimento desde meados do século XV. Comprometidos com as metrópoles dos países ibéricos inicialmente, passando ao controle da Grã-Bretanha posteriormente e hoje sob os olhos atentos dos imperialistas ianques, foi massacrada na América Latina “quase” todo país que fugisse do interesse dos dominantes. O resultado desta dominação é evidente. Vemos países com riquezas naturais abundantes em situações econômico-sociais nada satisfatórias.

Contudo, vê-se nesta porção do mundo o surgimento de focos de revoltas populares independentes, cujas principais são os Zapatistas (México), as FARC (Colômbia), Tupac Amaru (Peru), Cocaleiros (Bolívia), MST e MTST (Brasil). Estas organizações surgem onde a miséria e a exploração são mais acentuadas, como é o caso dos índios mexicanos do sul, dos agricultores bolivianos e colombianos, e por fim, do trabalhador rural brasileiro, que vê nesses imensos territórios divididos em ineficientes latifúndios, frutos de um roubo de terras amparado por nossa hipócrita aristocracia, com a Lei das Terras (de 1850).

A massa para evocação de transformação acumula-se em revoltas populares pela América Latina, mas aqui temos também amparo intelectual e condições para uma organização sólida, crítica e ativa para requisitar o que a nós nos pertence. Apesar de simbolizarem uma fração pequena na sociedade, as universidades públicas têm em seu papel de poder intelectual público, questionar, discutir e amparar tais questões. É uma pena ver a ruína em que se transformou o movimento estudantil e a hipocrisia que agora comanda e caracteriza a Universidade de São Paulo.

Não caio na utopia de reerguer o movimento estudantil, mas sim venho apelar para aqueles que sentem a necessidade de serem cidadãos agentes transformadores da história, que se levantem, gritem e se unam com outros que assim pensam para o exercício comunitário do intelecto (através de discussões e leituras) e tomada de decisões práticas (movimento subversivo). A ruptura é nossa responsabilidade!

*[geólogo]

Bolívia

A classe operária e suas revoluções voltam à cena política

por Fábio Bosco *

A queda do Muro de Berlim ampliou o debate sobre as possibilidades de novas revoluções socialistas e o papel da classe operária. Os defensores da supremacia do capitalismo, a soldo dos grandes grupos econômicos, alardearam a idéia de que o socialismo morreu. Aparte deste oba-oba neoliberal, se desenvolveu um grande debate entre a intelectualidade e as correntes de opinião comprometidas com os ideais anti-capitalistas: é possível a boa e velha classe operária protagonizar revoluções sociais?

Catorze anos se passaram e a situação política sofreu reviravoltas. O neoliberalismo, cuja hegemonia se iniciou a partir dos governos de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha e Ronald Reagan nos EUA, em 1979 e 1980 respectivamente, e se generalizou em todo o mundo, entra em crise. Os estouros das economias modelo na periferia do sistema – México em 1994, os “tigres asiáticos” em 1997, Rússia em 1998, Brasil em 1999, Argentina em 2000 – atingem seu coração: a partir de março de 2000 a própria economia estadunidense entra em recessão com queda abrupta dos índices da *Nasdaq* e a falências de empresas do porte da *Enron* e da *WorldCom*.

Por outro lado, os efeitos sociais do neoliberalismo generalizam a resistência em todo o mundo. Exemplo disso são as grandes mobilizações anti-globalização que ocorrem a partir de 1999 em Seattle e a resistência iraquiana. Mas aqui na nossa América Latina ocorrem processos revolucionários em cadeia que se espalham como um rastilho de pólvora, e ameaçam contaminar todo o continente. A derrubada dos governos no Equador, Argentina e Bolívia, e a derrota do golpe da direita na Venezuela são pontos altos desse processo. Estes eventos lançam novas luzes sobre o debate acerca da atualidade dos processos revolucionários.

O que ocorreu na Bolívia em outubro de 2003, apesar da polêmica sobre como definir o processo revolucionário – golpe do “narco-sindicalismo” para os analistas burgueses, revolta ou rebelião indígena, ou ainda insurreição – foi consenso entre todos: a mobilização mais contundente dos últimos 50 anos. A não entrega do gás boliviano para multinacionais americanas foi a reivindicação inicial, que transbordou para o “fora Goni” (apelido do presidente Gonzalo de Lozada).

Houve uma combinação entre a greve geral convocada pela Central Trabalhadora Boliviana, em setembro, pela derrubada do governo, com a tomada de La Paz por uma multidão de 200 mil manifestantes dispostos a avançar sobre o Palácio do Governo, em meio de outubro. Os mineiros tinham dinamites, e os camponeses velhos fuzis *Mausers*, paus e pedras. Os jovens reservistas de El Alto – cidade da Grande La Paz, epicentro do processo – se preparavam para tomar os quartéis. Nas forças armadas ocorriam os primeiros casos de insubordinação.

Goni resistiu: assassinou 80 pessoas e feriu 400. Mas não houve jeito. Então entraram em jogo a diplomacia estadunidense e a brasileira, se anteciparam e costuraram um acordo entre as centrais sindicais e os movimentos revoltosos (como o *Movimento ao Socialismo*, do líder Evo Morales) para dar posse ao vice-presidente, Carlos



Bolívia: miséria da maioria indígena beira o caos

Mesa, e pôr fim à insurgência. Goni foge para os EUA no dia seguinte, para o júbilo dos manifestantes.

Outro debate importante é sobre o sujeito social. Não há como negar o forte componente étnico, num país em que a elite é branca, e a maioria do povo é principalmente *quéchua* ou *aymara*. No entanto no centro do movimento estavam os trabalhadores, os mineiros em particular, sob a liderança da COB – que é mais do que uma central sindical, tendo participação também de outros setores oprimidos como os camponeses, os estudantes e o movimento popular, embora sob a hegemonia dos trabalhadores.

Diferente do processo revolucionário equatoriano, onde o sujeito social foram os camponeses e os povos originários – descendentes dos povos pré-colombianos – e do processo argentino capitaneado pelos piqueteiros e pelos setores assalariados médios, na Bolívia o componente urbano e proletário foi o central. Só num aspecto o processo equatoriano foi mais profundo: na divisão das forças armadas e na derrota militar do setor “leal” ao governo.

Há outras polêmicas apaixonantes sobre o papel das diferentes correntes de esquerda que ficam em aberto. O importante é aproveitar os bons ventos que vêm dos nossos irmãos bolivianos para semear uma onda de grandes lutas sociais que não de transformar toda a América Latina.

*[membro da Direção Nacional do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado - PSTU]

"A bebedeira geral da nação"

Tio Sam promete novas agressões à Cuba e a América Latina é o próximo alvo

por Yuri Martins Fontes e Waldo Lao

Uma nova ofensiva imperial contra Cuba tem preocupado a sociedade global, até mesmo em suas esferas mais conservadoras. O governo estadunidense lançou no último mês de maio um documento de quase 500 páginas contendo retaliações econômicas à ilha. Com a proximidade das eleições, mais uma vez o apoio da máfia cubana de Miami foi requisitado pelo candidato Bush. Vale dizer que a adesão desta organização direitista e criminoso foi decisivo na farsa democrática, política e numérica das eleições passadas, onde o candidato com menos votos ascendeu ao poder, "democraticamente".

Segundo o "Relatório para uma transição democrática", estão previstos ataques ao país caribenho por diversos lados. Campanhas internacionais desmoralizantes irão tentar isolar o país, prejudicando-o ainda mais nos setores de investimentos externos e turismo, importantes fontes de entrada de divisas, especialmente após a quebra da parceria União Soviética. Além disto serão limitadas as visitas dos cubano-ianques à ilha e a quantidade que poderá ser gasta nas viagens. A frequência permitida passa de um a três anos. Manteve-se ainda o limite de remessas à ilha em miseráveis 1200 dólares por ano e a proibição de comércio com qualquer barco que tocar os portos cubanos.

Por outro lado, no setor da propaganda política, haverá grande investimento nas duas redes de comunicação contra-revolucionárias que operam transmissões a partir da Flórida, uma rádio e uma televisão, que usurpam o nome e deturpam a imagem do grande libertador cubano José Martí. Além disto, dentre os quase 60 milhões de dólares destinados à ofensiva, boa parte será destinada para os grupos reacionários internos cubanos promoverem sabotagens e contratar mercenários.

O Partido Comunista de Cuba qualificou as medidas do império como "brutais". O comandante Fidel Castro, em um discurso presenciado por mais de um milhão de cidadãos, condenou-as, afirmando que "o povo cubano pode ser varrido da face da Terra, mas jamais será subjulgado, nem submetido de novo à condição humilhante de neo-colônia dos Estados Unidos". Dirigindo-se a Bush, disse que "tudo que se escreve sobre os direitos humanos no seu mundo, é uma colossal mentira", "bilhões de seres humanos vivem com fome, sem alimentos, remédios, roupas, sapatos, casas, em condições infra-humanas, sem os mínimos conhecimentos e informação suficiente para compreender sua tragédia e a tragédia do mundo em que vivem".

Estas ingerências econômicas levarão o povo cubano mais uma vez a conviver com a falta de abastecimento generalizada. Apesar de Cuba não ter reservas naturais tão valorizadas no mercado, como o petróleo iraquiano, e de não representar nenhum perigo à segurança privada internacional, a ilha revolucionária tem um excesso de reservas humanas, de idéias que há muito causam receio no vizinho do Norte. Os EUA nunca engoliram uma revolução socialista tão perto de si, e o desejo de eliminá-la foi agravado com a que-

bra soviética e o recuo das idéias socialistas no imaginário popular.

Para piorar a ofensiva, o vizinho México cortou relações com Cuba, cedendo às pressões estadunidenses. Por ironia, a causa do desentendimento foi a questão dos direitos humanos — ao que parece, o presidente mexicano deve ter sido convencido por Bush de que as humilhações e assassinatos de prisioneiros iraquianos foi culpa de Fidel.

E visto que após o conhecimento público das torturas militares dos Estados Unidos no Iraque, a conjuntura política não está muito favorável a mais invasões, o governo Bush ataca com armas menos diretas, e a tragédia que o mundo começa a vislumbrar, a cada dia se mostra mais terrificante.

A América Latina é a próxima peça. Para o aliado governo de Bogotá, através do novo *Plano Patriota*, estão sendo destinados mais alguns bilhões de dólares e treinamento para a guerra contra os insurgentes grupos comunistas das FARC e ELN. Na vizinha Venezuela, nova tentativa de golpe foi freada, ao serem detidos próximos à Caracas cerca de cem paramilitares colombianos disfarçados com uniformes do exército venezuelano, contratados para desestabilizar a Revolução Bolivariana levada a cabo pelo presidente Chávez. Neste interim, ficou mais uma vez provada a ligação entre a CIA e estes grupos sanguinários que há décadas semeiam o terror no interior da guerra civil da Colômbia.

Não longe dali, na América Central, prosseguem as negociações para a aplicação do *Plano Puebla-Panamá*, projeto que pretende criar um corredor ligando os EUA à fronteira norte da América do Sul, visando a extração e o escoamento das riquezas naturais da região — gás, petróleo, biodiversidade, etc. — por parte das empresas transacionais, bem como, o aumento da presença estratégica militar.

E isto é só uma amostra do que o mundo pode aguardar. Cabe lembrar, sem querer ser pessimista, que o opositor de Bush, Kerry, foi um dos senadores "democratas" que votou a favor da invasão do Iraque. Inclusive em declaração recente, este candidato afirma que Bush se preocupa demais com o Iraque, que ele nem sabe onde fica a América Latina... Escondamos todos os mapas!

Enquanto isto, o Haiti é invadido nas nossas barbas e com o apoio do nosso *presidente-trabalhador*. Na política externa, Lula ensaiou uma atitude, ao liderar a aliança alternativa entre países em desenvolvimento. Todavia, acabou por se atolar em sua vaidade, como marionete estadunidense, numa invasão não declarada ao paupérrimo país — capitalista — do Caribe.

O erro não pára aí. Há tempos são públicos os interesses dos Estados Unidos nas reservas naturais e energéticas da Patagônia (Argentina e Chile) e da Amazônia. Empresas estrangeiras já detêm no sul argentino a posse de grandes porções de terras onde vivem os povos indígenas Mapuches. Propostas desastrosas como a troca de território rico em água potável por dívida externa, começam a ser cogitadas entre os *liberais* governantes argentinos.

Não tardarão a chegar estas tão "*democráticas*" e "*liberais*" idéias às florestas brasileiras. E não seriam uma clara preparação de terreno as insinuações sobre o enriquecimento de urânio e mesmo acerca das birritas do Lula?

Dívida externa: quem deve a quem?

por Zanini H.*
(de Buenos Aires)

Sob uma análise crítica e sob a ótica da legitimidade, a dívida externa real pode perfeitamente ter seus protagonistas invertidos. Podemos crer que seja de fato uma dívida do Norte em relação ao Sul. Qual dívida? A dívida ecológica, iniciada com a política secular de saqueio colonial, somando-se à Revolução Industrial e prosseguindo até hoje.

Para nos referirmos concretamente à América Latina: os países invasores apoderaram-se do ouro, da prata, das pedras preciosas, das madeiras finas, dos recursos genéticos, etc. Devemos ainda levar em conta a destruição do sistema socioeconômico de subsistência e, acima de tudo, respeito do meio ambiente de nossas civilizações ancestrais por parte dos conquistadores e "descobridores". Isto à custa de milhões de mortos, do trabalho de escravos e da submissão violenta das populações indígenas.

A essa dívida ecológica e histórica, devemos acrescentar a constatação de que, dia a dia, o sistema neoliberal impõe mais e mais condicionamentos para os povos do Sul: chame-se Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), Plano Colômbia, Operativo *Cabañas*, Plano Concor ou *Deficit Zero*. Esses planos apresentam-se sempre com uma mesma orientação: dominação, morte e a implantação de uma injusta relação entre os povos.

As exigências para o pagamento da dívida externa, ilegítima e imoral sob todos os aspectos, se expressam também nas políticas de super-exploração dos nossos recursos naturais. Esse mecanismo provoca danos irreparáveis nos países do Sul e se converte em dívida ecológica do Norte em relação ao Sul. Exploração econômica do Norte desenvolve práticas antiecológicas em nome do lucro e do bem estar dos mercados e especuladores em geral.

Hoje, temos 42% das selvas tropicais definitivamente destruídas. Na Amazônia, mais de 20% da floresta nativa já desapareceu pela ação das megacorporações multinacionais. São madeireiras, mineradoras e petroleiras. Além disso, a devastação capitalista produz a desertificação dos solos e outros tantos problemas climáticos.

A prática dos monocultivos esgota os solos em um curto período. O uso irresponsável de procedimentos de engenharia genética na produção de produtos transgênicos permite um barateamento de custos, porém com graves riscos para a saúde e para todo o meio ambiente. Em outros países, os produtos destas mesmas empresas são rechaçados, enquanto que em nossos países sequer respeitam a obrigação de informar sua utilização ao consumidor. Os danos produzidos podem ser irreversíveis.

As sementes híbridas são outro grave problema de atropelo à natureza e de criação de dependência para o trabalha-

dor do campo. O uso de agrotóxicos para que esses cultivos rendam ao máximo, contamina o solo e produz danos na saúde da população (malformações congênitas, câncer e outros).

A contaminação do ar e da água nos países periféricos pela emissão de gases tóxicos produzidos pela queima de combustíveis e indústrias e o desaparecimento forçado de espécies animais e vegetais como resultado dos mega-projetos desenvolvidos por multinacionais predatórias são também responsabilidade dos países ricos.

Portanto, os países do Norte são os responsáveis: i) pelo efeito estufa e aquecimento do planeta devido às altas emissões de dióxido de carbono, causando inundações, desertificações e outros problemas climáticos; ii) pela erosão na camada de ozônio produzida pela contaminação atmosférica, especialmente pelos clorofluorcarbonetos que são largamente utilizados pelas indústrias eletrônica, automobilística, de refrigeração, etc. O dano é irreversível. A erosão é mais sentida nos países do Sul, como a Argentina e Chile, onde aumentaram os casos de câncer de pele e de cegueira.

A dívida ecológica do Norte em relação ao Sul se agrava ainda mais quando consideramos a produção de armamentos e substâncias tóxicas e radioativas, cujos detritos são enviados a países pobres. A Austrália exporta seu lixo radioativo para a Argentina, por exemplo. O Sul está ameaçado de converter-se em um grande lixão de resíduos tóxicos. A dívida cresce também pelo enriquecimento (econômico e científico) do Norte sobre a base de conhecimentos ancestrais dos países do Sul — como o uso de sementes, plantas medicinais, etc. Se aproveitarmos disto empresas de biotecnologia, a agroindústria moderna e a indústria farmacêutica.

Agrava-se ainda pela absurda e dolorosa constatação de como, sob as práticas neoliberais impostas pelas pressões do pagamento dos juros da dívida, em países como o Brasil, onde se produzem milhões de toneladas de alimentos em sua mais ampla diversidade, ainda existam amplos setores da população em situação de extrema pobreza e fome. Essa situação é comum a outros países do Sul.

Um país soberano deveria lutar para evitenciar a ilegitimidade da dívida externa como meio de saqueio. Um governo independente, realmente preocupado com as condições de vida de seu povo, deveria num momento grave como o que atravessamos, interromper o pagamento da dívida, discutir sua legitimidade, promover a diversidade cultural, o bem estar das comunidades e a sustentabilidade ambiental. Deveria ainda proteger e incentivar as comunidades ecologicamente sustentáveis, reconhecer os camponeses e as comunidades indígenas e preservar a diversidade agrícola e silvestre.

Uma política nova, com essas preocupações seria um clamor continental pela vida ameaçada, pelo respeito aos nossos recursos naturais e pelos nossos povos.

*[membro do Partido do Socialismo e da Liberdade (PSOL)]

Cinema: análise do filme "Justiça"

"Pau que nasce torto, morre torto"

por Ivan Leichsenring*

"Olha, eu não sou da área jurídica, minha área não tem nada haver com esta, minha área é Educação, mas eu achei o filme desesperançoso", disse uma estudante universitária paulista, de mais ou menos 23 anos, que se encontrava na plateia em meio ao debate sobre o filme *Justiça*, logo após sua exibição no Espaço Unibanco de Cinema, no dia 28 de junho de 2004.

O vocábulo "justiça", que tem sua origem no latim *justitia*, significava no Império Romano o benefício da moral, da equidade, da justiça, da imparcialidade. Já "educação", do latim *educatio*, era o ato de criar, a delicadeza no nutrir e cultivar, a cultura, e, aparentemente, ambos os conceitos, aparentemente não existem.

O documentário *Justiça*, de direção e roteiro de Maria Augusta Ramos, brasileira radicada na Holanda, retrata como é arquitetado o sistema jurídico no Brasil a partir dos julgamentos de três indivíduos no Rio de Janeiro. Mostra, de modo transparente, toda a burocracia judiciária que os envolvem e os entorpecem: a ineficiência — para não dizer inoperância ou até omissão do Ministério Público — a supervalorização do Direito Positivo; a ausência de penas alternativas, por parte de juízes, para crimes menores; os juízes, muitas das vezes, inquisidores; a ausência de provas de crimes ou, mesmo, a presença de provas forjadas por policiais; a ausência de testemunhas comuns; a ausência de defensoria pública; a diferença extremada entre os vocabulários técnicos dos tribunais e dos réus, impedindo a comunicação; a vida dos detentos nas cadeias e de seus familiares fora dela, entre outros exemplos cotidianos dos marginalizados sociais brasileiros.

A parcialidade no exercício da "Justiça" no Estado brasileiro não é algo recente. Se nos voltarmos à história de formação de nosso país, poderíamos enumerar diversos casos; contudo, basta-nos um desses fatos, a miséria. O filme *Justiça* mostra-nos aquilo que inconscientemente já saberíamos: ser pobre e mulato ou negro neste país é não estar em conformidade com que seria de direito de cada um, com que seria justo, respeitável perante as leis. A "justiça de funil" assim faz sua parte, quando exclui socialmente seus cidadãos dos princípios democráticos básicos de dignidade humana, do Estado de Direito de Bem-Estar Social, do reconhecimento pleno e comprometido dos direitos universais humanos. Deste modo, até hoje, o Direito como ciência — já afirmava Tolstói — serviu para proteger uma minoria de uma maioria; não poderia ser diferente no Brasil, cuja Constituição é (e é assegurada nas suas entrelinhas) liberal, não garantindo à maioria de seu povo a educação, cultura, saúde, moradia, alimentação e outros direitos.

O filme *Justiça* faz-nos pensar até que ponto o neoliberalismo aplicado ao Direito não é uma forma de totalitarismo — no conceito de "banalidade do mal" de Arendt —



Cena do documentário "Justiça"

Aos assassinos do índio Galdino, filhos de juízes em prisão especial (somente para dormir), de celulares às camas individuais de lençóis limpos, são consentidos todos os direitos constitucionais e mais um: o de não "igualdade" em sujeição às normas legislativas.

Não é difícil pressupor que onde não existe Estado representativo, cria-se um ou vários; e esta é a situação atual brasileira, de desesperança. Nos morros cariocas às favelas paulistas quem manda é o grupo dos traficantes, basta ligarmos a televisão para sabermos disso; assim sendo, o povo marginalizado está entregue à fortuna ou às igrejas evangélicas, espremido entre aquele grupo e os defensores dos direitos das minorias: os policiais. Em *Justiça* duas cenas catárticas chamam a atenção para isso: uma mãe extremamente aflita para com a situação do filho, procura o templo religioso e canta a precariedade da justiça social, tentando desta forma aliviar a dor da desventura humana; e, por fim, um policial que testemunha contra um garoto de 18 anos e 38 quilos, afirmando no julgamento ter encontrado drogas e armas com o rapaz, escondidas num beco para onde ele teria fugido *correndo* da ação policial — apesar de ser asmático...

O Direito Positivo, isto é, o Direito concebido como regras naturais enunciadas, colocadas, sem quaisquer conteúdos ou ajustes políticos, sociais, econômicos e ideológicos, é ainda o que domina o sistema penal brasileiro, que enxerga em seus réus a concepção determinista de que se o acusado já praticou algum crime, automaticamente é um criminoso e sempre o será. É isto fica bem visível em *Justiça*, quando já sabíamos, *a priori*, a sorte dos réus, criminosos antes de acusados, bandidinhos pés-de-chinelo que têm em seus juízes não árbitros, mas algozes.

No entanto, o que mais assustador não é o documentário em si, é ver e ouvir a reação circense do público da estréia do filme — a elite paulistana, formada por desembargadores, juízes, promotores, advogados, procuradores, e estudantes de Direito. As risadas soavam alto, alguns comentavam que eram "personagens muito bem construídas". As análises eram de vomitar: "Se roubou, tem que pagar"; "Como seria possível oxigenar a magistratura dessa violência?"; "Eu sabia que seria assim, mas alguém tinha que filmar, né?"

O documentário *Justiça* somente não mostra que, para atingirmos uma verdadeira democracia no Brasil, ou seja, uma democracia participativa, em que seus cidadãos tenham amplo conhecimento dos rumos sociais do país a ponto de repensarem a sua "Justiça", a tarefa árdua se fará por meio da Educação — gratuita, de qualidade e para todos — pois somente ela permitirá uma reflexão global capaz de acrescentar elementos novos a um *status quo* ineficaz.

* [lingüista]

Crônica

No vazio, na noite

por Luiz Seixas, O Filosofastro*

Num bar localizado à rua Xavier de Toledo, há alguns metros da biblioteca Mário de Andrade, cala-se o silêncio da noite chuvosa, ora com os freios de um ônibus, ora com o som radiofônico.

A vida não permite que esse assassino e amigo cruel das almas dos homens, o silêncio, domine os corações asfálticos e alcóolicos.

Um garoto, quando no meio das portas do boteco, entra e, ao homem que bebe cerveja no balcão próximo à rua, diz que tem fome. Murmura numa espécie de resignação embargada pelo som de seu estômago.

Do rádio ouve-se uma voz embacada de um locutor futebolístico. Daqueles que dizem 328 palavras por minuto.

Não há freadas de ônibus. Nem transeuntes. Há apenas um moleque mudo, cujo estômago grita, numa linguagem não tanto universal, por algo que o preencha por algum tempo, talvez até chegar em casa — se é que a possui.

O locutor, quando não narra, faz propaganda de um estomacal qualquer. Coisa que os homens que se encontram no bar precisam para seguir em frente. A mim, talvez não seja útil, pois há algo mais que a cerveja e o amendoim que me corroi por dentro. Engraçado, a propaganda tem realmente seu alcance: chega principalmente para esses tipos de homens.

Caramba, o garoto não cansa de andar e pedir algo para comer? Donde vem sua força?

GOL!! Gooooooooo!!!!

Eu não tenho dinheiro para dar ao garoto. Devo ao banco. Bebo por cau-



São Paulo: crianças cheiram cola no centro da cidade mais rica da América do Sul

sa da minha dívida para com a instituição financeira.

"O Brasil vai vencendo a Argentina!", grita o locutor, numa voz suja — o rádio não filtra, ele só espalha. Tem 40 anos que o time argentino não perde do brasileiro. Quando foi a guerra contra o Paraguai?

O garoto não deve ter mais do que 14 anos. Se conseguir passar dos 21 viverá bastante. Se isso é bom ou ruim, não sei.

Odeio o barulho destes ônibus: ao sair, parecem que arrancam meu cérebro, como numa lobotomia; ao chegar, com som de seus freios, meu cérebro, ou o que sobrou dele, espantifica-se na parte frontal de meu crânio — sujo e empoeirado por freadas e leituras.

O garoto foi embora. Vejo-o atravessar a rua.

Não tenho dinheiro.

O álcool tenta apagar a brasa que me queima por dentro. Deixa inerte os carvões da azia e de alguns poucos sentimentos.

"Psii! Ei, ô camarada! Chega aqui!", gritei ao moleque. "Pega um salgado aí." Não esperei um sorriso. Esperei por um apaziguamento momentâneo do ventre do rapaz.

"Seu Zé, fecha essa pra mim." O dono do boteco, com seus grossos dedos ressecados e áspers, apanha o dinheiro. Uma moeda cai. Com suas unhas amarelas, também grossas e grandes, que se esticam das pontas dos dedos, descola os dez centavos que acabaram por se grudar no balcão de um alumínio sem reflexo.

Outro gol.

Esganado pela ebriedade, saio. Decido, volto para casa. Caminho em direção à praça da Sé. Logo relembro de meu sapato furado. Sinto meu pé esquerdo incomodado. Quem outrora incomodou, sente-se agora incomodado. Com a chuva, o centro da cidade encontra-se limpo. Limpo e amarelado. O asfalto, as calçadas e os prédios, então amarelados pelo vapor de sódio das lâmpadas colocadas em antigos postes, descansam de mais um dia agitado. Uma triste beleza então se revela.

A chuva limpava quase toda a sujeira. Poucos mendigos e policiais fazem-se presentes.

A fachada a igreja de São Francisco está

limpa. A polícia, em frente à faculdade de direito guarda os bens dos futuros advogados.

Que saco esse sapato.

No jornal que carrego, competições premiam poetas e escritores. Lembro da dívida bancária, isto é, da minha dívida para com o banco. A única competição da qual participo é a loteria. Lá tenho mais chances de ver as coisas mudarem.

Toca e treme meu celular.

Pois é, possuo um. Faz meses que está sem crédito. É: meus

objetos identificam-se comigo. Lembro de Raulzito: "É fim do mês, é fim do mês. Eu já paguei por eu falar eu já paguei por eu ouvir, ouvir!" É engano.

Vejo o ônibus, que sai. Vazio. Só resta aguardar.

* [cronista e filósofo]

REFORMA UNIVERSITÁRIA DE LULA É PRIVATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

por **Dimitri Silveira***

Não é de hoje a tentativa de atacar o caráter público e gratuito das universidades. A contra-reforma universitária do governo Lula nada mais é do que a velha política do Banco Mundial e FHC para privatizar o ensino superior público. A única diferença, é que FHC não conseguiu levar esse ataque adiante, coisa que Lula está conseguindo fazer.

A contra-reforma do governo já está em andamento, e isso é possível perceber com o tal programa "Universidade para todos", que compra vagas das faculdades particulares e terá um custo duas vezes maior do que se o governo investisse na criação de vagas em cursos noturnos das universidades federais. Além disso, temos a implementação do novo provão, versão requentada do antigo provão de Paulo Renato. O governo propõe ainda o projeto de "parceria público-privado", ou seja, desresponsabilizar o Estado pelo investimento no ensino superior, deixando a universidade pública refém dos interesses das empresas privadas. Isso sem falar no desvio de dinheiro realizado todos os anos, que retira verba da educação para pagar juros das dívidas interna e externa, deixando as instituições públicas com orçamento cada vez menor.

Por trás da proposta de reforma universitária do governo está a concepção neoliberal de transformar o ensino público dos países periféricos numa mercadoria. Como acontece com toda mercadoria, quem tem dinheiro paga e leva, já quem não tem...

A universidade pública perderia completamente seu caráter, se sujeitando à função de prestar "serviços de ensino superior que preparem mão-de-obra e abram ao capital o 'negócio' da educação superior. Nada de pesquisa científica e tecnológica, nada de produção intelectual e cultural própria. Não é por outra razão que EUA e Japão defendem hoje na OMC a privatização, mercantilização, desregulamentação e abertura ao investimento estrangeiro da educação superior" (Rodrigo Dantas, da Assoc. dos Docentes da Univ. de Brasília).

No estado de São Paulo o governo Alckmin tem atacado sistematicamente o ensino superior público, ameaçando privatizá-lo e prejudicando cada vez mais sua qualidade. Não é à toa que alunos, funcionários e professores da USP, UNESP, UNICAMP e FATEC encontram-se em greve. Essa luta tem como principais reivindicações o aumento de verbas para a educação pública, reajuste salarial, assistência estudantil, expansão de vagas nas univer-



Manifestantes pedem verbas para Educação Pública

sidades públicas, contratação de professores e funcionários e democracia nas instituições de ensino superior. A greve das universidades estaduais deve servir como referência na luta em defesa do ensino público e estender-se por todo o país.

A questão da reforma universitária não diz respeito somente à comunidade universitária; por se tratar do interesse público, esse é um debate que deve atingir também estudantes secundaristas, vestibulandos e trabalhadores. É necessário unificar as lutas para estabelecer uma pauta de reivindicações comum.

Na luta em defesa do ensino público a questão do acesso à universidade assume um papel central. Todos os anos milhões de jovens são excluídos do ensino superior, uns por não passarem pelo racista e elitista vestibular, outros por não terem dinheiro para pagar as abusivas mensalidades nas instituições particulares. Com a contra-reforma universitária de Lula essa situação tende a se agravar, uma vez que a privatização das universidades implica em transformar o acesso ao ensino superior num privilégio de poucos, ao invés de ser um direito garantido a todos.

A luta pelo fim do vestibular e do ensino pago, portanto, deve ser uma das principais bandeiras empunhadas nessa batalha contra os ataques dos governos. Isso será possível através da estatização das faculdades particulares e da massiva ampliação de vagas no ensino superior, com construção de mais universidades e garantindo a qualidade de ensino com mais verbas.

Somente com a unidade dentro e fora da universidade será possível barrar a contra-reforma do governo e implementar uma reforma universitária de verdade, que sirva aos interesses da maioria da sociedade. Universitários e secundaristas, professores e funcionários, vestibulandos e desempregados, filhos e filhas de trabalhadores; a luta é uma só!

*[coordenador do Movimento dos Sem-Educação / SP]
sem-educacao@uol.com.br

Em Poucas Palavras

"Do rio que tudo arrasta dizem violento, mas ninguém chama de violentas as margens que o oprimem". (Bertold Brecht, poeta alemão)

"Sobre este espacio tan solitario del mundo, los pequeños rincones, son encuentros de suspiros inesperados". (Cabello de Indio, poeta mexicano)

"Aconteceu-me alguma coisa que eu, pelo fato de não saber como vivê-la, vivi uma outra?" (Clarisse Lispector)

"Onde estava um deus, quanto te fostes". (Bernardino Ponte Preta, poeta paulista)

"Enquanto reste apenas um tendo fome, todos teremos fome" (Anônimo/ em muro da Universidade de Quito, Equador)

"Escrever é algo precioso demais, para que se use disso para ganhar a vida". (Lucas Bocage)

"Não há crime maior que se deixar arrastar

pelos desejos: não há maior desgraça que não se achar nunca contente" (Lao Tzé, filósofo antigo chinês)

"Em meus textos, quero chocar o leitor, não deixar que ele repouse na bengala dos lugares-comuns, das expressões acostumadas e domesticadas. Quero obrigá-lo a sentir a novidade das palavras." (Guimarães Rosa)

"Tudo aquilo que o malandro pronuncia com voz macia é brasileiro, já passou de português". (Noel Rosa, músico)

"Cansei da frase polida por anjos da cara pálida, palmeiras batendo palmas ao passarem paradas; agora eu quero a pedrada, chuva de pedras palavras distribuindo pauladas". (Paulo Leminski)

"Qualquer pessoa que tenha lido a história da humanidade, aprendeu que a desobediência é a virtude original do homem". (Oscar Wilde)

Universidade

As Univesidades Estaduais paulistas continuam em greve. Todo ano a história é a mesma. Época de aumento salarial e a reitoria tucana se recusa a negociar, desrespeitando alunos, funcionários e professores. Assim, o governo está conseguindo nivelar as Universidades Públicas às comerciais faculdades particulares - no baixo nível de ensino sempre comprometido com os interesses do mercado.

USP em greve: manifestação de alunos



Educação

Cursinho Popular dos Estudantes da USP

O pré-vestibular popular oferecido pela Associação Cultural de Educadores e Pesquisadores da USP está com inscrições abertas. Há vagas para turmas no período da manhã, tarde, noite e aos sábados. Os professores, idealizadores do projeto, são alunos e ex-alunos da própria universidade. O cursinho é voltado especialmente a alunos de baixa renda, num esforço para colocar o aluno vindo da Escola Pública, na Universidade Pública. Há 100 bolsas-de-estudo para descendentes afro-indígenas. Os interessados em estudar devem ligar para:

3231-0692 ou 3258-1436
(www.acepusp.org.br)

Espaço Cultural

O Jardim Elétrico

Novo Espaço Cultural da região do Butantã tem fervilhado as frias noites do outono paulistano. Com variada música ao vivo todos os dias, o espaço misto de boteco e galeria de arte mescla diversos ritmos da música brasileira e latino-americana em geral. Exposições ou mesmo esquetes dramatúrgicas podem fazer parte do eclético cardápio, que conta também com diversos tipos de cachaças mineiras, cervejas e quitutes internacionais.

Localizado à Av. Heitor Eiras Garcia, 80 - próxima ao portão 3 da USP - O Jardim Elétrico abre suas portas às 20h, e só fecha na alta madrugada. Artistas interessados em fazer um som ou mesmo em mostrar seus trabalhos, devem comparecer ao local, ou escrever para ojardimeletrico@yahoo.com.br.

Diários de motocicleta

por Alexandre Ribeiro

O filme sobre a viagem de Ernesto Guevara de moto pela América Latina é, antes de tudo, uma história bem contada. Walter Salles apresenta a viagem de Ernesto Guevara pela América, antes de ser o "Chê", quando era ainda um estudante de medicina, com uma motocicleta e um companheiro (Alberto Granado). A história é narrada de maneira con-

vencional, com uma seqüência cronológica contínua, sem quebras ou interrupções, com uma mistura simples (mas eficaz) de drama e bom humor. O diretor se vale do "espectro" de Chê, da perspectiva do mito de Chê, que chega a se vislumbrar (por exemplo na cena em que declama que o povo da América Latina constitui uma única raça desde o México até o estreito de Magalhães) mas que nunca

se realiza. O filme retrata a formação da pessoa de Ernesto Guevara, conforme suas andanças, enquanto um ser social e político, através do reconhecimento da realidade dos povos latinos. É somente no final da segunda viagem à América Latina que ele encontra Raul e



Homenagem a Che Guevara, em Havana

cando inspiração nos modelos europeu e estadunidense. Lembra que desconhecemos nosso continente, esse que ainda hoje — e parece que cada vez mais — sofre com as intervenções político-militares do grande vizinho do norte.

*[pesquisador do Instituto de Matemática e Estatística da USP]

Fidel Castro, no México. "Diários de Motocicleta" se passa dois anos antes desse encontro e sete anos antes da vitória da Revolução Cubana, que aconteceu em 1959. É simbólico que o filme tenha sido dirigido por um brasileiro; do país que insiste em virar as costas para seus vizinhos que têm história e origem

comuns, buscando

México

Os Muralistas

Quando as paredes são a voz de um povo

por Fuentes Sánchez
(da Cidade do México)

A arte mural mexicana está estreitamente ligada à Revolução Mexicana de 1910. Vinda do sul, com as tropas do líder revolucionário Emiliano Zapata, e do norte com as tropas de Pancho Villa, deixou para trás, um longo período da ditadura de Porfirio Díaz (1877-1911), durante o qual a oligarquia e os círculos da intelectualidade oficial, haviam criado um sentimento nacional de esquecimento e vergonha da história mexicana. A Revolução por sua parte, agitou aqueles anos porfiristas, deixando no caminho um ar de nacionalismo e reivindicações das massas rurais.

Escavando o passado em traços de cores ocres, Diego Rivera, David Siqueiros, José Clemente Orozco e outros artistas, deixam de lado a arte que lhes remete à limitação dos cavaletes e saem às ruas, arrebatando a pinceladas os silenciosos muros do país.

Patrocinados pelo Estado, pintam tanto no México como no exterior, em museus, hospitais, palácios, institutos e universidades. Bastante polêmica criou o mural que Diego Rivera pintou no edifício Rockefeller (em 1933), prédio que representava um dos maiores símbolos do capitalismo.

Uma vez que terminou a obra, ela foi destruída, devido ao fato que o milionário se sentiu perturbado pela imagem de Karl Marx, representada na pintura, e Rivera se recusou a retirá-la.

O eixo central do Movimento Muralista, foi retratar a história do México antigo, uma história que até o momento não havia sido considerada dentro da arte dos pincéis. Desta forma, se afastam daquela arte rígida própria da academia européia. Retratando o passado, tomam como ator principal ao povo, que se vê refletido nos mosaicos de sua própria história. É a partir deste momento que começa o processo da nacionalização da arte Mexicana.

Los Muralistas, pintaram ensinando e educando a um povo, que apesar de ser, em sua quase totalidade, analfabeto, não era cego para conhecer sua história, seus deveres e seus direitos. Criaram assim uma linguagem que todos entenderam, um patrimônio que deixou de ser do domínio privado e se converteu em uma possessão pública, ficando nos olhos de todos e nas mãos de ninguém.

*[artesão]
(tradução de Y. M. F.)

